

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**  
2 **SECRETARIA EXECUTIVA**



3 **Praça Raul Soares, s/n - Centro**  
4 **Montes Claros – MG – CEP.: 39.400.070**  
5 **Telefone (038) 3229.3533 – [E-mail: cmasmoc@yahoo.com.br](mailto:cmasmoc@yahoo.com.br)**



6  
7  
8 **Ata de nº 229 da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**  
9 **Montes Claros – MG**

10 Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e quinze, realizou-se a ducentésima vigésima nona  
11 reunião ordinária do CMAS de Montes Claros, na sala de reunião da Casa da Cidadania desta cidade  
12 para tratar da seguinte pauta: aprovação da pauta, aprovação das justificativas de ausência dos  
13 conselheiros, aprovação do plano de ação 2015 do cofinanciamento federal, aprovação do demonstrativo  
14 sintético da execução físico financeira exercício 2014 do cofinanciamento federal, aprovação da  
15 reprogramação dos recursos do cofinanciamento estadual e federal do exercício 2014 e assuntos gerais.  
16 Na abertura da reunião a presidente do conselho Simone Torres, agradece a presença de todos e em  
17 seguida procede com a leitura da pauta da reunião. Logo após foram lidas as justificativas de ausência  
18 dos seguintes conselheiros: Sociedade Civil: Simara Alves. Governo: Patrick Alves Silva, Domingas  
19 Darc e Crislaine Maria Silva, sendo todas aprovadas por unanimidade. Ainda, foi feita a leitura de carta  
20 enviada para este Conselho pela Conselheira Rosa Rodrigues Campos na qual solicita seu desligamento  
21 deste Conselho. Em seguida a Conselheira Carla Alexandra pede a palavra e questiona sobre a demora  
22 da elaboração da Portaria, por parte da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento  
23 Social, para dar posse aos Conselheiros aos cargos vagos, o que está prejudicando o andamento regular  
24 das reuniões, em razão da vacância dos cargos. A Presidente Simone Torres informa que esteve  
25 pessoalmente com o Dr. Cláudio, Consultor Municipal, solicitando a elaboração da portaria. Em seguida,  
26 a Conselheira Carla sugere que seja enviado um ofício do CMAS para a Secretária de Desenvolvimento  
27 Social, no sentido de pedir urgência e presteza às solicitações que o Conselho tem feito (principalmente  
28 da elaboração da Portaria e do edital para as cadeiras vagas). Colocado em votação pela Presidente, a  
29 proposta foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a pauta, foi passada a palavra para a  
30 Comissão de Fundos, que informaram que compareceram no setor da Contabilidade da Prefeitura de  
31 Montes Claros para avaliação de documentação, demonstração do demonstrativo físico-financeiro  
32 exercício 2014 do cofinanciamento federal. As Conselheiras Jaciany e Elenice estiveram presentes na  
33 realização da averiguação dos documentos, e fizeram a leitura da súmula, salientando que a demora da  
34 avaliação dos documentos supracitados deu-se em razão da comissão ter estado em alguns momentos  
35 incompleta, aliado às ausências dos Componentes da Comissão e da postergação do prazo por parte da  
36 Prefeitura em agendar reunião com a Comissão. A Conselheira Jaciany informa, ainda, que foi feita  
37 avaliação por amostragem (contas do IGD e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)  
38 que estavam adequadas, sendo assim, a Comissão avaliou favoravelmente as contas analisadas. A  
39 Conselheira Elenice, manifestou-se que, sendo novata, acredita e solicita a realização de uma  
40 capacitação específica sobre as questões financeiras da Prefeitura que dizem respeito ao controle do  
41 CMAS, desta forma, a presidente Simone colocou em votação a proposta de uma capacitação pelos  
42 servidores públicos da Prefeitura que atuam no setor financeiro da Prefeitura, colocada em votação a  
43 proposta de capacitação com a Gestão Financeira do município, foi aprovada por unanimidade. A  
44 Conselheira Sônia Gomes, integrante da Comissão de Fundos, pede a palavra e informa que a demora na  
45 avaliação não deu-se unicamente pela ausência de Conselheiros e que esteve em todas as reuniões  
46 agendadas, exceto quando esteve doente. A presidente Simone acrescenta que entrou recentemente nesta  
47 Comissão e que esteve nas últimas reuniões agendadas desde que entrou na referida Comissão. Com  
48 relação à leitura da Súmula e a ponderação feita pela Conselheira Sônia, a Conselheira Jaciany retifica a  
49 informação colocada, afirmando que sabe do empenho da Conselheira Sônia. Dando prosseguimento a  
50 pauta da reunião, a presidente passou a palavra para a representante da Secretaria de Desenvolvimento  
51 Social Marisia que fará a apresentação da Reprogramação de Saldo do ano de 2014, momento este em  
52 que todos os Conselheiros presentes recebem em mãos, xerox com o material a ser apresentado, o qual  
53 consta valores e tipos de despesa, ou seja, com as informações a serem apresentadas. Durante a  
54 apresentação, a Conselheira Elenice pede a palavra e questiona sobre as férias dos assistentes sociais

55 municipais, neste caso, Marísia explica que o recurso para tal finalidade está para ser reprogramado,  
56 sendo assim, deve ser gasto a partir da aprovação da Reprogramação, em momento posterior. A  
57 presidente Simone informa que existe a autorização para pagamento de férias a partir do ano de 2015,  
58 ou seja, se não constasse desta Reprogramação e não fosse aprovado pelo Gestor, não seria possível o  
59 pagamento das férias, ou seja, reprogramando nesta oportunidade, será efetivado o pagamento.  
60 Acrescenta apontando o avanço desta Gestão municipal considerando o aumento do número de  
61 servidores contratados, aumento na oferta de serviços e no pagamento de férias e décimo terceiro aos  
62 servidores (mesmo com recurso do Tesouro municipal, quando necessário). O conselheiro Marcus César  
63 questiona se os valores apresentados estão atualizados, os representantes da gestão financeira da SMDS  
64 respondem afirmando que os números são do saldo em conta, ou seja, é o recurso que está em conta na  
65 data de 31 de dezembro de 2014, após a reprogramação feita é que finalmente os recursos estarão  
66 disponíveis. A presidente salienta, ainda, que teve uma conversa com André Quintão, Secretário Estadual  
67 de Desenvolvimento Social, acerca dessa questão da preocupação com o atraso do envio dos recursos  
68 para todos os municípios, não só em Montes Claros que existem transtornos. A Conselheira Betiene  
69 pergunta que, por ser da Comissão da Proteção Especial, se os recursos da reprogramação (como os  
70 lanches por exemplo) vão para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Na plateia está  
71 a representante da entidade parceira PAC que manifesta-se afirmando que recebe os lanches da  
72 Prefeitura Municipal. Todavia, a Conselheira Betiene aponta que não são enviados lanches para a  
73 associação que ela representa (FEMC) e solicita que na Reprogramação poderia ser enviados recursos  
74 para todas as entidades. A servidora da SMDS Tatiana, que está na plateia, informa que esteve nas  
75 primeiras reuniões de parceria dos CRAS com as entidades, e lembra que houve discussão sobre não  
76 ter lanches diferenciados para o mesmo público. Informa, ainda, sobre a oferta direta e indireta dos  
77 lanches, e, que a maioria dos recursos são ofertados pelos CRAS's e informa que os demais espaços  
78 físicos que fizeram parceira com o município, fica a cargo dos coordenadores do CRAS pedirem  
79 semanalmente os lanches, que são enviados e fornecidos para as entidades parceiras. Em seguida, os  
80 Conselheiros passaram a uma discussão sobre o aluguel dos veículos, sendo que a representante da  
81 SMDS Marísia, informa que não é possível a compra do veículo, em razão de imperativo legal. O  
82 conselheiro Natalino questiona sobre a dificuldade de obter o auxílio e kit funeral, e a presidente  
83 novamente salienta a forma de utilização do recurso de reprogramação, pois em 31 de dezembro de cada  
84 ano, o que está na conta não pode ser utilizado antes de ser realizada a reprogramação, ou seja, apenas  
85 após esta reprogramação é que o recurso poderá ser utilizado. Segundo a Conselheira Carla, o Secretário  
86 André Quintão falou em Seminário ocorrido esta semana que existem recursos da reprogramação que  
87 podem entrar para o repasse para as entidades (de parceria com os serviços de convivência e  
88 fortalecimento de vínculos), então a Conselheira propõe a previsão, na reprogramação, de repasse para  
89 as entidades parceiras. A presidente Simone então, informa da preocupação da possibilidade de não vir o  
90 recurso federal devido, então, questiona a plenária, se em caso de não vir o recurso previsto, corre-se o  
91 risco, portanto, de ficar sem verbas em caixa para executar os serviços que são de cunho básico e  
92 essencial, ou seja, se o município não receber o recurso do cofinanciamento, corre-se o risco de mais  
93 adiante ficar sem recurso. A conselheira Carla propõe, portanto, remanejar recurso para as entidades  
94 parceiras e retirar do material de consumo 150 (cento e cinquenta mil reais) e dos demais recursos 50  
95 (cinquenta mil reais) de cada um, para repassar e prever o repasse para as entidades parceiras. A  
96 servidora da Gerência de Gestão do SUAS Tatiana, pontua que deve ser observada a legislação atual  
97 vigente no município, considerando, ainda, as mudanças do marco regulatório das organizações da  
98 sociedade civil (Lei 13.019/2014) que entrará em vigência em julho. Informa, ainda, que se as entidades  
99 não atingirem as metas, impacta diretamente no recurso, ou seja, dependem da quantidade de usuários  
100 que deve ser público prioritário, neste sentido, é um recurso que oscila de forma intensa. A presidente  
101 acrescenta que as entidades que ofertam serviço de convivência e fortalecimento de vínculos inscritas no  
102 CMAS são 15 (quinze), e, de acordo com a Coordenadora da Proteção social básica, estão ofertando  
103 serviço ao município 11 (onze) entidades sendo que 4 (quatro) apresentaram documentação para a  
104 SMDS, a fim de continuarem prestando o serviço. A conselheira Jaciany pede a fala e pontua que as  
105 entidades que não apresentam o serviço ou não estão no território, o CRAS oferta o serviço de  
106 Convivência e Fortalecimento de Vínculo, e, portanto, precisa do recurso, reforçando que o serviço  
107 prestado pela entidade é diferente daquele prestado pelos CRAS's. A presidente ressalta que o recurso a  
108 ser repassado para as entidades só poderá ser utilizado para pagar água e luz. A Conselheira Jaciany

ressalta que a meta do serviço do município, para manter o recurso, é 2.090 usuários, sendo que 1.045 usuários precisam ser público prioritário de acordo com a tipificação, ou seja, ainda que o repasse seja do ponto de vista do suporte, importa observar a manutenção dos usuários, senão o repasse do recurso não é garantido. A presidente, novamente, informa que o prazo para a reprogramação é pré-determinado, ou seja, está fora de alcance de modificação pela Prefeitura Municipal, sendo que, este Conselho tem que assumir a responsabilidade de agendar nova reunião, ou seja, pela não aprovação da reprogramação, e demandar mais tempo para análise dos recursos, contudo, o recurso só é liberado para a destinação após a reprogramação feita pelo Conselho. Acrescenta, ainda, que o trabalho da Gestão Financeira da SMDS, é de construção da reprogramação, ou seja, foi elaborada por todos os servidores que efetivamente atuam e trabalham com este recurso, ou seja, antes de enviar para o CMAS referido plano foi construído, pensado e preparado por uma equipe, a fim de que os valores destinados alcancem efetivamente a garantia dos direitos. A conselheira Jaciany relembra que este Conselho dispõe de mecanismos fiscalizadores, a partir das Comissões que possui, de forma que pode e deve acompanhar e constatar a efetividade de gastos com os recursos. Colocada em votação a proposta da Conselheira Carla, em não aprovar a reprogramação nesta reunião, e prever o valor de R\$ 45 mil, a serem retirados dos Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, para repassar as entidades parceiras, foi aprovada pela plenária por 10 votos a favor e três votos contrários. Também foi aprovada por unanimidade a proposta de aumentar o valor para o aluguel do carro. Colocado em votação o agendamento de nova reunião para a apresentação do plano de ação foi aprovado por unanimidade. Por fim, a presidente convida a Secretária Executiva do CMAS Erika Crepaldi, para apresentar as datas das realizações das pré-conferências, a iniciarem no dia 12.06.2015. Colocada em aprovação pela plenária as datas e os locais foram aprovadas por unanimidade. Nada mais a acrescentar, eu Maria Fernanda S. Fonseca, secretária do CMAS, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos.

132 Simone Torres Gusmão Santos Presidente \_\_\_\_\_  
133 Carla Alexandra Pereira – Vice Presidente \_\_\_\_\_  
134 Maria Fernanda S. Fonseca – 1º Secretária \_\_\_\_\_  
135 Nasta Hanna Souza e Silva – 2º Secretária \_\_\_\_\_  
136 Lúcio Patrus Ananias \_\_\_\_\_  
137 Jaciany Soares Serafim \_\_\_\_\_  
138 Suzana Rodrigues Coutinho \_\_\_\_\_  
139 Fabíola Franciele de Jesus \_\_\_\_\_  
140 Keille Neves Moraes \_\_\_\_\_  
141 Clene Martins A. Andrade \_\_\_\_\_  
142 Sandro Lobo Araújo \_\_\_\_\_  
143 Elenice do Rosário Dias Amorim \_\_\_\_\_  
144 Betiene Gomes Velloso \_\_\_\_\_  
145 Marcus César Aguiar \_\_\_\_\_  
146 Geovana Terezinha Rodrigues Pereira \_\_\_\_\_  
147 Antônio Augusto Tavares \_\_\_\_\_  
148 Maria da Conceição Rocha \_\_\_\_\_  
149 Sônia Gomes Oliveira \_\_\_\_\_  
150 Natalino do Carmo \_\_\_\_\_